





- d. O Moderador termina com algumas conclusões sobre a importância do Programa, a responsabilidade do cidadão na monitoria dos Programas... ou outras conforme tenha sido o debate;

9º Momento de agradecimentos e despedida.

Fim

## ÍNDICE

<b>SIGLAS</b> .....	1
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	2
<b>PORQUE A IGREJA SE PREOCUPA POR ESSES PROGRAMAS?</b> .....	3
<b>1.- AGENDA 2025. VISÃO E ESTRATÉGIAS DA NAÇÃO</b> .....	5
1. <b>ÂMBITO DO PROGRAMA</b> .....	5
2. <b>PRESSUPOSTOS</b> .....	5
3. <b>COMO CIDADÃOS</b> .....	7
4. <b>PERGUNTAS PARA A REFLEXÃO E PARTILHA</b> .....	8
5. <b>ORAÇÃO</b> .....	8
<b>2.- ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. 2015-2035</b> .....	9
1. <b>ÂMBITO DO PROGRAMA</b> .....	9
2. <b>VISÃO, OBJECTIVO GERAL, ÁREAS-CHAVE E GRANDES METAS</b> .....	9
3. <b>A RESPONSABILIDADE DO CIDADÃO</b> .....	10
4. <b>PERGUNTAS PARA A REFLEXÃO E PARTILHA</b> .....	11
5. <b>ORAÇÃO</b> .....	12
<b>3.- PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO 2020-2024</b> .....	13
1. <b>ÂMBITO DO PROGRAMA</b> .....	13
2. <b>OBJECTIVOS DO PROGRAMA</b> .....	13
3. <b>OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA</b> .....	13
4. <b>PRIORIDADES E PILARES DO PROGRAMA</b> .....	14
5. <b>A NOSSA RESPONSABILIDADE</b> .....	15
6. <b>REFLEXÃO</b> .....	16
<b>4.- TRANSFORMANDO O NOSSO MUNDO:</b> .....	17
1. <b>ÂMBITO DO PROGRAMA:</b> .....	17

2. OBJECTIVOS E METAS DO PROGRAMA .....	18
3. A RESPONSABILIDADE DO CIDADÃO .....	19
4. PERGUNTAS PARA REFLEXÃO .....	20
5. ORAÇÃO FINAL .....	20
5.- A AGENDA 2063. A ÁFRICA QUE QUEREMOS .....	21
1. ÂMBITO DA AGENDA 2063 .....	21
2. AS SETE ASPIRAÇÕES DA AGENDA .....	21
3. A RESPONSABILIDADE DO CIDADÃO .....	23
4. TRÊS PERGUNTAS DE REFLEXÃO .....	24
5. ORAÇÃO .....	24
GUIÃO PARA ORGANIZAÇÃO DE DEBATES .....	25

## GUIÃO PARA ORGANIZAÇÃO DE DEBATES

### SOBRE OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTOS NAS DIOCESES

- 1º Ler e se apropriar-se dos cinco folhetos sobre os Programas de Desenvolvimento;
- 2º Escolher qual dos Programas vai para o debate;
- 3º Definir dia, lugar, modalidade e hora do debate;
- 4º Procurar e convidar três pessoas que possam apresentar o Programa e abrir questionamentos sobre o Programa:
  - 1 político (membro da Assembleia municipal, membro de um partido, um director provincial de alguma repartição...);
  - 1 membro da sociedade civil;
  - 1 membro da Academia (UCM, Professor universitário...).
- 5º Procurar um moderador do Debate;
- 6º Pedir a cada um dos quatro que estudem o documento e, se possível, o próprio Programa do qual vão falar e que pensem questões importantes para a Província, Diocese...;
- 7º Fazer a lista dos participantes no debate, preparar e distribuir os convites;
- 8º No dia do debate:
  - a. O Moderador apresenta a cada um dos três “oradores” e dá a palavra a cada um durante 15 minutos para falar do Programa desde a óptica pessoal;
  - b. O Moderador passa a palavra aos participantes para fazer perguntas aos oradores ou comentários;
  - c. O Moderador devolve a palavra aos oradores para responder as questões;

práticas tendentes a dividir o grupo ou a colocar o grupo contra as aspirações da Agenda.

#### 4. TRÊS PERGUNTAS DE REFLEXÃO

- d) Olhando para o nosso país ou para a sua comunidade, acha que existem alguns sinais de acção rumo às aspirações da Agenda 2063? Mostre a sua opinião, e enumere tais acções, caso existirem.
- e) Olhando para as sete aspirações, qual é aquela (ou quais são aquelas) com a qual (ou com as quais) se identifica mais, e acha poder se comprometer com ela (ou com elas) a partir de actos concretos?
- f) O que acha que precisamos fazer para tornar mais visível e célere o nosso caminho rumo ao alcance dessas aspirações em 2063?

#### 5. ORAÇÃO

*Senhor, nosso Deus e Pai!  
Vós criastes-nos para crescermos e multiplicarmo-nos.  
Ajudai-nos a servirmo-nos  
das sete aspirações da Agenda 2063  
para fazer bom uso de tudo o que Vós criastes para nós  
a fim de crescermos e multiplicarmo-nos todos  
como comunidade africana humana,  
sem que alguém fique de fora,  
mas que cada um tenha a oportunidade  
de colaborar para este fim.  
Por nosso Senhor Jesus Cristo,  
que é Deus convosco  
na unidade do Espírito Santo.  
Amen.*

#### SIGLAS

CDSI: Compêndio da Doutrina Social da Igreja

CEM: Conferência Episcopal de Moçambique

EN: Evangelii Nuntiandi

END: Estratégia Nacional de Desenvolvimento

ONU: Organização das Nações Unidas

PP: Populorum Progressio

PQG: Programa Quinquenal do Governo

SRS: Solicitudude Reis Sociais

UA: União Africana

UCM: Universidade Católica de Moçambique

## INTRODUÇÃO

Apresentamos, a seguir, diversos Programas de Desenvolvimento, seja de âmbito nacional (Agenda 2025, Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035, Plano Quinquenal do Governo 2020-2024), como regional (África: Agenda 2063) e internacional (ONU: Agenda 2030), que orientam a acção, as prioridades e as políticas do Governo. Tais programas determinam, muitas das vezes, as ajudas das Agências de Cooperação, apoio ao orçamento do Estado e algumas políticas do Governo.

Numa sociedade democrática, o cidadão deve estar informado e formado para poder monitorar e participar das decisões tomadas em nome dele. Por isso, além do resumo de cada programa, motivamos a participação responsável do cidadão e oferecemos algumas perguntas de reflexão.

É importante, também, poder organizar debates públicos, sejam presenciais ou virtuais, sobre os programas, a fim de ter uma noção dos mesmos e saber como nos posicionar diante as implicações desses programas. Para tal, oferecemos um guião que possa ajudar a quem precisar, na organização de tais debates.

Esperamos que este trabalho possa ajudar as Comissões Diocesanas de Justiça e Paz a cultivar cada vez mais o compromisso dos leigos na sua missão de santificação das realidades temporais por meio de uma consciência mais esclarecida.

g) África como um actor forte, unido, resistente, pacífico e influente, e como um parceiro ao nível global: aspiramos que, até 2063, a África seja uma grande força social, política e económica, com uma participação legítima e efectiva nos bens comuns globais, capaz de prover sua própria segurança e meios para financiar o seu desenvolvimento.

### 3. A RESPONSABILIDADE DO CIDADÃO

No fim do documento, temos a seguinte frase: *“A nossa viagem para a África de 2063 iniciou”*. Isto quer dizer que nós já estamos no processo. Olhando para estas sete aspirações, o apelo para a acção e os factores impulsionadores para a acção, percebemos que precisamos de agir. E podemos agir individualmente e em grupo (instituição, organização social, associação, etc.). Perante este apelo, qual tem sido o meu compromisso como cidadão? Como posso colaborar para que estejamos a caminhar rumo à África de 2063 que queremos? Aqui está a nossa responsabilidade enquanto cidadãos.

Individualmente, sou chamado a tomar algumas providências, tais como: (i) conhecer as aspirações da Agenda 2063; (ii) identificar algumas práticas do dia-a-dia da minha comunidade que vão de acordo com algumas das aspirações, e assumi-las como minhas; (iii) dar prioridade algumas aspirações (ou mesmo uma) e adoptar comportamentos concretos com vista a tais aspirações.

Como grupo ou comunidade, somos chamados a: (i) contribuir para a assunção dos valores que constroem o grupo, tais como a unidade, a partilha, a solidariedade, a generosidade e outros; (ii) colaborar para a realização efectiva dos programas do grupo sempre que estes estejam em consonância com alguma das aspirações da Agenda; e (iii) monitorar as acções do grupo, isto é, estar pronto para não compactuar e denunciar as

em meios de desenvolvimento, e que a sua economia esteja baseada em critérios de sustentabilidade.

- b) Um continente integrado, politicamente unido com base nos ideais do Pan-Africanismo: aspiramos que a África de 2063 seja unida, siga as pegadas dos pais da unidade africana, inspire-se nas lutas do Pan-Africanismo e do Renascimento Africano, e tenha consciência de um caminhar conjunto.
- c) Uma África de boa governação, democracia, respeito pelos direitos humanos, justiça e Estado de direito: aspiramos que a África de 2063 seja uma África com valores e práticas democráticas, cultura de direitos humanos, facilidade de acesso à justiça, sem corrupção, onde as instituições estão ao serviço das pessoas, e onde haverá liderança da transformação em tudo.
- d) Uma África pacífica e segura: aspiramos que, até 2063, a África esteja em paz, livre de conflitos armados e de todos outros tipos de conflitos; esteja segura, promovendo uma educação para a paz, uma cultura consolidada de direitos humanos, democracia e igualdade de género; seja próspera, capaz de dar protecção e segurança aos seus cidadãos, famílias e comunidades.
- e) Uma África com uma forte identidade cultural, herança, valor e ética comuns: aspiramos que, até 2063, na África, estejam consolidados os ideais do Pan-Africanismo, do Renascimento africano, da história e destino comuns, da identidade, herança, e respeito pela diversidade cultural e religiosa, e da consciencialização do povo africano, dentro e fora de África.
- f) Uma África cujo desenvolvimento seja orientado para as pessoas: aspiramos que a África de 2063 seja centrada nas pessoas, sobretudo nas mulheres, nos jovens e nas crianças, por meio da garantia da igualdade de género e da formação das mulheres e dos jovens, confiando no seu potencial e permitindo que tenham espaço de intervenção, e por meio do cuidado com as crianças.

## PORQUE A IGREJA SE PREOCUPA POR ESSES PROGRAMAS?

A palavra “desenvolvimento” está hoje em boca de diferentes pessoas, instituições e contextos. Também a missão evangelizadora e salvífica da Igreja visa o desenvolvimento humano pois que ela visa à libertação de tudo aquilo que oprime o homem (EN 9). Mas é importante saber do que se está a falar quando se fala de desenvolvimento.

O Papa Paulo VI, na sua encíclica *Populorum Progressio* diferencia o progresso humano (social, económico, tecnológico) e o desenvolvimento humano e deve-se evitar que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento de outros (cf. PP 44). O verdadeiro desenvolvimento não pode limitar-se à multiplicação dos bens e dos serviços, isto é, àquilo que se possui, mas deve contribuir para a plenitude do “ser” do homem (cf. CDSI 102). Por isso, quando a Igreja fala de desenvolvimento fala do desenvolvimento humano integral e solidário: de todos os seres humanos e de todo o ser humano, plenamente: *“a passagem da miséria à posse do necessário, a vitória sobre os flagelos sociais, o alargamento dos conhecimentos, a aquisição da cultura (...) a consideração crescente da dignidade dos outros, a orientação para o espírito de pobreza, a cooperação no bem comum, a vontade da paz; o reconhecimento, pelo homem, dos valores supremos, e de Deus que é a origem e o termo deles. E finalmente e sobretudo, a fé, dom de Deus acolhido pela boa vontade do homem, e a unidade na caridade de Cristo que nos chama a todos a participar como filhos na vida do Deus vivo, Pai de todos os homens”* (PP 21).

*“Somos convidados -dizia o Papa João Paulo II- a rever o conceito de desenvolvimento, que não coincide certamente com o que algumas vezes se faz, limitando-se a satisfazer as necessidades materiais, mediante o aumento dos bens, sem prestar atenção aos sofrimentos da maioria e*

*fazendo do egoísmo das pessoas e das nações a principal motivação” (SRS 10).*

Isto significa, também, que reconhecer a Deus em cada homem e cada homem em Deus é a condição de um autêntico desenvolvimento humano. Por outra parte, diz o Papa João Paulo II: *“A negação ou a limitação dos direitos humanos (...) não empobrecem elas a pessoa humana quicá tanto, se não mais, do que a privação dos bens materiais? E um desenvolvimento que não tenha em conta o pleno reconhecimento destes direitos, será deveras um desenvolvimento de dimensões humanas?” (SRS 15).*

Por isso, para a Igreja, todos os programas de desenvolvimento ganham a sua importância na medida em que eles se propõem a ser agendas que, sendo cumpridas no tempo previsto, podem levar ao desenvolvimento integral de todo homem e do homem todo.

Neste sentido, ao apresentarmos estes programas de desenvolvimento, queremos convidar, por meio das Comissões Diocesanas de Justiça e Paz, a todos os fiéis leigos a pensarem na sua identidade, na sua vocação, no seu apostolado e na sua missão de santificação das realidades temporais (*Christifideles laici* do Papa João Paulo II, *Apostolicam Actuositatem* do Concílio Vaticano II), a conhecer esses programas, a reflectir em torno deles, e, com consciência cristã e cidadã, a tomar posição no comprometimento com os mesmos para a construção de um mundo cada vez melhor, mais humano, mais aberto, mais inclusivo, mais fraterno segundo a vontade de Deus (*Fratelli Tutti* do Papa Francisco).

## 5.- A AGENDA 2063. A ÁFRICA QUE QUEREMOS

### 1. ÂMBITO DA AGENDA 2063

A Agenda 2063 tem como título *A África que queremos*. Foi publicada em Agosto de 2014, e condensa as vozes do povo africano e suas aspirações até ao ano 2063. É uma estrutura de desenvolvimento que visa acelerar a transformação da África num período de 50 anos a partir de sete aspirações rumo ao Desenvolvimento Sustentável. Tais aspirações estão na continuidade dos ideais do Pan-Africanismo, do Renascimento Africano e da Organização da Unidade Africana (hoje União Africana), e reflectem o desejo que os africanos têm de prosperidade e de bem-estar, de unidade e integração, para um continente de cidadãos livres, onde o pleno potencial da mulher e da juventude, rapazes e raparigas, seja realizado e livre do medo, da doença e da pobreza. Portanto, a Agenda 2063<sup>2</sup>, mais do que um plano de acção, é um grito de esperança para cada um dos africanos, para as gerações futuras e para todo o continente.

### 2. AS SETE ASPIRAÇÕES DA AGENDA

Nós os africanos confiamos na nossa capacidade de concretizar o nosso pleno potencial no desenvolvimento, na cultura e na paz, e de estabelecer sociedades florescentes, inclusivas e prósperas. É a partir desta confiança que nascem as sete aspirações, uma confiança aliada ao nosso compromisso de agir em conjunto para o seu alcance. Eis as sete aspirações:

- a) Uma África próspera, baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável: aspiramos que, até 2063, a África esteja desenvolvida economicamente, tenha estruturas seguras para a sua economia, tenha quadros capazes de transformar os recursos naturais

---

<sup>2</sup> A Organização da Unidade Africana (OUA) foi fundada em 1963. Em 2002, a OUA passou para União Africana. Portanto, em 2063, a África celebrará o centenário desta organização.



questão social que dispomos é a última Encíclica do Papa Francisco, Fratelli Tutti, onde a tónica essencial é o chamamento para o ser humano ser irmão do outro ser, num espírito de fraternidade e amizade social com todos e com tudo. O desenvolvimento de um futuro melhor é responsabilidade de todos.

#### 4. PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

- 1º Após a leitura deste documento, como Cristão, o que se pode fazer para que as ideias contidas nele possam chegar a mais famílias moçambicanas e que ela se torne uma realidade visível na esfera política, económica, social, educacional, saúde e meio ambiente?
- 2º Que esforços devem ser feitos para que Moçambique, como membro signatário da Agenda e membro da Organização das Nações Unidas alcance um ambiente de Paz duradoira e caminhe para o desenvolvimento sustentável?
- 3º Mediante os diversos recursos naturais, a riqueza do solo para agricultura rentável e existência de alguns rios, lagos que conservam a água ao longo de todo ano, que se pode fazer para alavancar a agricultura que assegure a segurança alimentar de todo o país e durante todo o ano?

#### 5. ORAÇÃO FINAL

*Deus Pai,*

*Iluminai cada moçambicano para que possa ter o dom de aprender e implementar as boas práticas aprendidas dos outros irmãos e irmãs de modo que o nosso País tenha bons académicos, profissionais e políticos que tem a cultura de paz e o dom da ciência, e que se preocupe com o bem-estar dos outros e do meio ambiente.*

*Por nosso Senhor Jesus Cristo,*

*que é Deus convosco na unidade do Espírito Santo.*

*Amen.*

## 1.- AGENDA 2025. VISÃO E ESTRATÉGIAS DA NAÇÃO

### 1. ÂMBITO DO PROGRAMA

Este documento foi elaborado entre 2001 e 2003, como celebração dos 25 anos de independência. A Agenda assume-se como o guião para o desenvolvimento de Moçambique até ao ano de 2025; ano em que Moçambique celebrará os 50 anos da sua existência como País<sup>1</sup>. O documento tem como objectivo criar, através de um processo participativo, uma Visão Nacional e uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento que defina as políticas e os programas necessários para dar respostas aos objectivos identificados na visão nacional de desenvolvimento.

### 2. PRESSUPOSTOS

A Agenda apresenta diferentes cenários que podem apresentar-se ao País ao longo dos 25 anos seguintes, até chegar 2025. E enumera 15 pressupostos para chegar ao melhor cenário:

**1º pressuposto:** O futuro do País depende da qualidade do Homem Moçambicano. A qualidade da sua formação moral, ética, cívica e patriótica, bem como a escolar e a profissional são determinantes e produzem efeitos em cadeia essenciais para o desenvolvimento do País nas próximas décadas;

**2º pressuposto:** Ter saúde não é só não ter doenças, mas, sobretudo, ter condições de vida sãs, condições de sanidade apropriadas e uma dieta alimentar saudável e energética ao longo de todo o ano;

**3º pressuposto:** Uma melhoria significativa das condições básicas de vida de todo o cidadão é indispensável para o futuro;

---

<sup>1</sup> De salientar que a CEM em 2017, na Carta Pastoral “À vossa descendência darei esta terra” também manifestou a preocupação de olhar para os 50 anos de independência do País e preparar a data com políticas e decisões concretas que possam ser celebradas como Jubileu.

**4º pressuposto:** É imprescindível controlar as doenças de eliminação massiva como sejam o HIV/SIDA, a malária, o paludismo e a cólera;

**5º pressuposto:** Garantia de acesso ao uso e aproveitamento da terra é indispensável para promover o desenvolvimento;

**6º pressuposto:** O desenvolvimento do País só é possível se as comunidades locais, as identidades culturais e suas normas, regras e demais mecanismos consuetudinários de persuasão forem tidos como parte integrante do processo de desenvolvimento e valorizados;

**7º pressuposto:** Uma família coesa e solidária constitui a pedra basilar para a integração salutar do indivíduo na sociedade e desta no crescimento individual;

**8º pressuposto:** O desenvolvimento rural é pedra basilar para a melhoria da qualidade de vida de cerca de 80% dos cidadãos e constitui a base essencial para a produção e o aumento da riqueza nacional. Um dos pré-requisitos do desenvolvimento é a capacidade das populações e comunidades locais de trabalharem em conjunto no sentido de alcançarem metas comuns através da cooperação produtiva ao nível local;

**9º pressuposto:** A competitividade faz melhorar a qualidade e aumentar a quantidade através da melhoria dos preços de compra, o que depende de haver transformação tecnológica;

**10º pressuposto:** A transformação tecnológica depende, todavia, de investimento e este da existência e do acesso à poupança nacional ou externa para que o investimento se concretize;

**11º pressuposto:** As políticas macroeconómicas relacionadas com o curso da moeda nacional, do comércio e dos sistemas de produção têm de estar ajustadas ao crescimento das empresas e das unidades produtivas familiares;

**12º pressuposto:** A existência de uma Paz duradoura e de estabilidade política e social sustentáveis são essenciais para o futuro de Moçambique;

**13º pressuposto:** A democracia e todos os valores a ela associados como liberdade de associação, direito à diferença de opinião, obrigação do diálogo construtivo e o dever do voto para a selecção dos dirigentes, bem

Objectivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

Objectivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade;

Objectivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

Objectivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Para cada objectivo, os países signatários colocaram metas claras e concretas para as quais aqui não temos espaço. Somente vale dizer que, até 2030, todos esses objectivos deverão ser atingidos.

### **3. A RESPONSABILIDADE DO CIDADÃO**

Certamente cada um de nós não assinou este documento. Moçambique fez parte do processo de elaboração da Agenda 2030 como um dos 53 países seleccionados para realizar consultas nacionais para a definição das prioridades da referida Agenda. Este processo contou com o envolvimento da Sociedade Civil. E estes objectivos e metas estão presentes nos Programas de Governo do quinquénio anterior (Programa Quinquenal do Governo 2015-2019) e do actual (Programa Quinquenal do Governo 2020-2024).

Contudo, o desenvolvimento integral não é responsabilidade unicamente do Governo, mas de todos nós. Para os Católicos, os pontos discutidos na agenda 2030 enquadram-se bastante bem na Doutrina Social da Igreja expressa nos documentos dos Papas e dos Bispos, quer ao nível nacional, quer ao nível da Igreja Universal. A última palavra sobre a

participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

## 2. OBJECTIVOS E METAS DO PROGRAMA

Em vistas a conseguir o Desenvolvimento Sustentável até 2030 foram definidos 17 objectivos e 169 metas que poderão trazer melhorias significativas e qualitativas na vida da população mundial:

Objectivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

Objectivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

Objectivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

Objectivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

Objectivo 5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas;

Objectivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;

Objectivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

Objectivo 8. Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

Objectivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

Objectivo 10. Reduzir a desigualdade dentro e entre os países;

Objectivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

Objectivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

Objectivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;

como a participação quotidiana dos cidadãos nos processos de tomada de decisão pública, são condições básicas para o desenvolvimento;

**14º pressuposto:** A negociação com os parceiros internacionais sobre a estratégia nacional de desenvolvimento e das prioridades é factor de crescimento contínuo;

**15º pressuposto:** Os vários actores, nomeadamente a sociedade civil, o sector privado, o Estado e os cidadãos em geral, necessitam de comunicar entre si, disseminarem a informação, promoverem o diálogo e a negociação, reconhecerem e respeitarem os diferentes interesses e, juntos, encontrarem as vantagens mútuas entre as partes que se comunicam.

## 3. COMO CIDADÃOS

Esta Agenda foi elaborada para ser uma referência para toda a sociedade e para os futuros governos. Pretendia-se, com ela, propiciar um debate aberto, inclusivo que conduza ao consenso de todas as forças da sociedade moçambicana. Cada Moçambicano era convidado a associar o seu sonho a este grande sonho de fazer crescer Moçambique, na base das linhas estratégicas de acção que nesta Agenda se propõem. A Agenda 2025 devia tornar-se assim num compromisso dos cidadãos e das instituições. De facto, o desenvolvimento do País compromete todos. Cada um é responsável do próprio desenvolvimento humano integrado e de participar e colaborar, de maneira solidária e subsidiária, na criação, protecção e crescimento das condições externas que possibilitem o desenvolvimento humano integrado de todos os seus concidadãos.

É neste quadro que os Moçambicanos dispõem, na Agenda 2025, dum poderoso instrumento sobre o futuro do País, constituindo a base através da qual poderão pedir contas aos políticos e aos diversos membros ou candidatos à Assembleia da República. Faz parte da responsabilidade do cidadão monitorar os programas de desenvolvimento do Governo para

que estes favoreçam, facticamente, o desenvolvimento humano e integrado de todos os moçambicanos.

#### 4. PERGUNTAS PARA A REFLEXÃO E PARTILHA

- 1) Conhecia este documento? Em que medida é útil para orientar o desenvolvimento do País?
- 2) Favor identifique três acções que pode implementar na sua família, comunidade, bairro, cidade, aldeia... para criar as condições que possibilitem o próprio desenvolvimento humano integrado.
- 3) Favor indique três aspectos que acha importante que o Governo tenha em conta para impulsionar o desenvolvimento humano de todos os moçambicanos.

#### 5. ORAÇÃO

*Senhor e Pai da humanidade,  
que criastes todos os seres humanos  
com a mesma dignidade,  
infundi nos nossos corações um espírito fraterno.  
Inspirai-nos o sonho de um novo encontro,  
de diálogo, de justiça e de paz.  
Estimulai-nos a criar sociedades mais sadias  
e um mundo mais digno,  
sem fome, sem pobreza, sem violência, sem guerras.  
Que o nosso coração se abra  
a todos os povos e nações da terra,  
para reconhecer o bem e a beleza  
que semeastes em cada um deles,  
para estabelecer laços de unidade, de projectos comuns,  
e de esperanças compartilhadas.  
Por nosso Senhor Jesus Cristo,  
que é Deus convosco  
na unidade do Espírito Santo.  
Amen.*

## 4.- TRANSFORMANDO O NOSSO MUNDO: A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### 1. ÂMBITO DO PROGRAMA:

A Agenda 2030 é resultado do trabalho das Organizações das Nações Unidas (193 países membros), reunidos entre 25 a 27 de Setembro de 2015 onde se manifestaram decididos a “libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta.

Esperam que os objectivos e metas traçados estimulem a acção em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta. Estas áreas constituem o que designamos os 5 ‘P’s: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria.

**Pessoas**, porque os signatários do documento estão determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial com dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

**Planeta**, por se mostrarem determinados a proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais, e tomar medidas urgentes sobre as mudanças climáticas, para que o planeta possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.

**Prosperidade**, porque estão determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso económico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

**Paz**, porque estão determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência.

**Parceria**, porque estão determinados a estabelecer uma Parceria Global com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a

concepção marcadamente económica, ligada ao mercado, à produção e à industrialização, a instrumentalização da pessoa humana, formada e colocada ao serviço da economia de mercado.

- Monitorar as acções governativas no que tange aos compromissos assumidos, quer na melhoria da educação, saúde, serviços sociais, criação de emprego e outros.
- Participar com as acções tendentes à criação de políticas que promovem a inclusão e a equidade social.

## 6. REFLEXÃO

Depois de ler e partilhar este breve resumo do programa Quinquenal do Governo (2020-2024), partilhe com o seu grupo:

1. Qual é a sua opinião sobre este programa? Acha que tem bons pressupostos? Poderá trazer bem-estar para a vida dos moçambicanos? É realista?
2. Das várias prioridades e pilares apresentados, quais são os aspectos que tocam directamente a vida diária do lugar onde você vive?
3. Que acções concretas podem ser assumidas pela população de onde você vive para a realização de actividades preconizadas neste programa?

## 7. ORAÇÃO

*Senhor nosso Deus,  
nós Vos agradecemos por nos acompanhardes  
na jornada de nossa vida sobre esta terra  
e Vos confiamos o nosso desejo de criar melhores condições de vida para todos  
e, em particular, para os mais desfavorecidos.  
Dai-nos a coragem do compromisso por uma vida melhor para todos.  
Por nosso Senhor Jesus Cristo,  
que é Deus convosco na unidade do Espírito Santo.  
Amen.*

## 2.- ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. 2015-2035

### 1. ÂMBITO DO PROGRAMA

Publicado em Julho de 2014, surge da necessidade de assegurar a operacionalização da Agenda 2025 através da implementação de um conjunto coordenado de actuações que permitem que, num horizonte de 20 anos, Moçambique possa ter um crescimento económico sustentável célere e robusto. Essa Estratégia estabelece a visão e as grandes metas estratégicas para o País, servindo para nortear as políticas do governo e assegurando coerência nas suas acções para atingir as metas estabelecidas. A elaboração desta Estratégia surge também no contexto da reforma do Sistema Nacional de Planificação que tem, como um dos objectivos, a redução do número de instrumentos de planificação, garantindo a articulação entre os mesmos e, acima de tudo, a ligação entre as actividades planificadas com os recursos orçamentados e os resultados a serem alcançados.

### 2. VISÃO, OBJECTIVO GERAL, ÁREAS-CHAVE E GRANDES METAS

A visão da Estratégia é que Moçambique seja um país seguro, próspero, sustentável, competitivo, assente numa economia industrializada, com um rendimento médio que garante uma redistribuição da riqueza e um bem-estar social. Esta visão será alcançada através da promoção da industrialização e competitividade económica.

Para tal, é fixado o objectivo geral da estratégia no seguinte: reduzir a pobreza dos actuais 54% para 20% em 2035, e melhorar as condições de vida da população através da industrialização da economia. E as áreas-chave a serem consideradas para responder a este objectivo da estratégia são:

- (i) desenvolvimento da industrialização e da competitividade da economia;
- (ii) desenvolvimento do capital humano, investigação científica e inovação;
- (iii) desenvolvimento das infra-estruturas e do planeamento territorial.

A partir destas três áreas-chave, deduzem-se também três domínios de actuação, a saber:

- a) Desenvolvimento do capital humano através de acções ligadas ao processo de formação técnico-científica do cidadão, acesso aos bens alimentares em quantidade e qualidade adequadas e prestação de serviços de saúde e estabelecimento de um sistema de protecção social justo e eficaz;
- b) Planificação territorial e desenvolvimento de infra-estruturas através da planificação do uso racional e sustentável da terra e estabelecimento de infra-estruturas de suporte a agricultura, a indústria, transporte e outros serviços, com ênfase para as tecnologias de informação e comunicação.
- c) Promoção da industrialização e da competitividade económica através da maximização da adição de valor aos produtos nacionais, estabelecimento da indústria pesada e criação de um ambiente de negócios que propicie uma maior competitividade da economia.

As metas e os seus respectivos indicadores estão fixados de acordo com cada uma das três áreas-chave. Mas a meta geral, até 2035 é o alcance de um PIB *per capita* para cerca de USD 5 mil (ultrapassando os cerca de USD 500 hoje).

### **3. A RESPONSABILIDADE DO CIDADÃO**

A END 2015-2035, estando na continuidade da Agenda 2025, mostra a cada um de nós qual é o Moçambique que precisamos de construir até 2035. Por isso, a END 2015-2035 só pode se efectivar se os cidadãos estiverem comprometidos com esta causa e se conseguirem converter esta Estratégia em plano de acção ao nível da base, das comunidades. Daí que haja a necessidade de todos os cidadãos moçambicanos conhecerem esta Estratégia e reorientarem a sua vida em direcção às metas aí estabelecidas.

promover a participação da sociedade nas actividades socioculturais, desportivas e económicas, em especial a juventude; e (iv) promover a igualdade e equidade de género, inclusão social e protecção dos segmentos mais vulneráveis da população.

### **2). Impulsionar o crescimento económico, a produtividade e a geração de emprego**

– o Governo compromete-se a: (i) promover um Ambiente Macroeconómico Equilibrado e Gestão das Finanças Públicas; (ii) melhorar o ambiente de negócios para atracção de investimento privado nacional e internacional; (iii) Assegurar a transformação e modernização do modo de organização da produção e comércio interno e externo; (iv) fortalecer a capacidade e o papel do turismo como factor dinamizador da economia; (v) promover a extracção de minerais e hidrocarbonetos assegurando a sua sustentabilidade; (vi) promover o emprego, a legalidade laboral e a segurança social; (vii) promover a cadeia de valor dos produtos primários nacionais assegurando a integração do conteúdo local; (viii) melhorar e aumentar a capacidade de transporte de passageiros e carga, e expandir os Serviços de Telecomunicações; (ix) fortalecer a capacidade das instituições para a realização da investigação científica e desenvolvimento tecnológico; (x) promover o desenvolvimento de infra-estruturas económicas, sociais e de Administração.

### **3). Fortalecer a gestão sustentável dos recursos naturais e do ambiente**

- o Governo compromete-se a: (i) aprimorar o planeamento e ordenamento territorial e fortalecer a monitoria e fiscalização na sua implementação; (ii) assegurar a conservação de ecossistemas, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais; (iii) reforçar a capacidade de avaliação e monitoria da qualidade ambiental, em especial nas áreas de implementação de projetos de desenvolvimento.

### **5. A NOSSA RESPONSABILIDADE**

➤ Nas reflexões sobre o desenvolvimento, devemos denunciar a

por forma a acelerar a renda das famílias, criação de mais emprego e autossuficiência alimentar e nutricional;

**b) Infraestruturas Económicas e sociais:** priorizar o investimento em infraestruturas de qualidade como a energia, telecomunicações, barragens multiuso, diques de protecção contra cheias, portos, estradas, ferroviárias e reservatórios escavados que facilitem a actividade económica, reduzam os custos de transação, criem emprego, promovam a integração nacional e regional, e melhorem as condições de vida da população;

**c) Pesca e Aquacultura:** fortalecer o desenvolvimento da pesca artesanal e valorizar a pesca industrial, no contexto da economia azul, bem como o desenvolvimento da aquacultura, criando mais oportunidades de emprego para os moçambicanos, em particular para jovens, e contribuindo de modo directo para a melhoria da qualidade de vida da população na perspectiva do combate à fome, à pobreza e à desnutrição;

**d) Turismo:** estabelecer ligações com os demais sectores económicos por via da procura de bens e serviços, como forma de elevar o potencial na geração de renda e criação de oportunidades de emprego, e promover turismo de lazer, de negócio e histórico-cultural e expor o País como destino privilegiado para o turismo;

**e) Na Indústria Extractiva:** promover e valorizar o potencial mineiro através da implementação de projectos que irão fornecer alicerces para o desenvolvimento industrial e a criação de oportunidades de emprego em escala para além de constituir uma oportunidade para a promoção de conteúdo nacional;

**f) Nas Estatísticas:** requalificar e integrar nas estatísticas de emprego todas as actividades individuais e colectivas geradoras de rendimentos.

#### **4. PRIORIDADES E PILARES DO PROGRAMA**

**1). Desenvolver o capital humano e a Justiça social** – o Governo compromete-se a: (i) promover um Sistema educativo e inclusivo, eficiente e eficaz que responda as necessidades do desenvolvimento humano; (ii) expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de saúde; (iii)

Olhando para as três áreas-chave da Estratégia e os seus três domínios de actuação, a responsabilidade do cidadão pode ter os seguintes contornos:

- a) Em relação ao desenvolvimento do capital humano, os cidadãos precisam de: (i) investir na sua formação humana, técnico-profissional e científica; (ii) conquistar um nível aceitável de vida para que tenham acesso aos bens alimentares em quantidade e qualidade; (iii) gozar de serviços de saúde e de sistema de protecção social justo e eficaz; e (iv) dominar as tecnologias de informação e comunicação.
- b) Em relação ao desenvolvimento das infra-estruturas e do planeamento territorial, os cidadãos precisam de: (i) acompanhar e monitorar as actividades do seu município em relação ao ordenamento territorial e à construção de infra-estruturas adequadas; e (ii) colaborar, no que for possível com os serviços de suporte à agricultura, à indústria, ao transporte e a outros serviços.
- c) Em relação ao desenvolvimento da industrialização e da competitividade da economia, os cidadãos precisam de: (i) colaborar com os seus conhecimentos e o seu trabalho na promoção da industrialização e da competitividade económica; (ii) maximizar e valorizar os produtos nacionais; e (iii) contribuir activamente para o estabelecimento da indústria pesada e criação de um ambiente de negócios que propicie uma maior competitividade da economia.

#### **4. PERGUNTAS PARA A REFLEXÃO E PARTILHA**

- a) Quais são as acções ou boas práticas ligadas ao processo de formação humana e técnico-científica do cidadão que acha poderem ajudar na criação de um capital humano de qualidade na nossa sociedade?
- b) Acha que o processo de organização do território e o desenvolvimento de infra-estruturas de suporte à agricultura, à indústria, ao transporte e a outros serviços, tem contribuído para uma gestão boa e sustentável da nossa terra? Qual o seu comentário?

- c) O que é que se pode fazer para que a promoção da industrialização e da competitividade económica seja compatível com a promoção do desenvolvimento humano integrado e integral?

## 5. ORAÇÃO

*Senhor, nosso Deus e Pai!*

*Vós nos destes a terra para que a cultivássemos e a guardássemos.*

*Vós nos destes a inteligência e a capacidade de criar e de inovar*

*para que pudéssemos continuar com a obra da criação*

*ao ponto de transformarmos a nossa terra num lugar belo e bom.*

*Ajudai-nos a criar uma economia centrada na dignidade da pessoa humana,*

*uma economia inclusiva, justa e florescente.*

*Por nosso Senhor Jesus Cristo,*

*que é Deus convosco*

*na unidade do Espírito Santo.*

*Amen.*

## 3.- PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO 2020-2024 (Publicado em Março 2020)

### 1. ÂMBITO DO PROGRAMA

O Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2020-2024 pertence ao âmbito nacional. Trata-se de um programa delineado pelo Governo eleito pelos moçambicanos nas eleições gerais presidenciais e legislativas de Outubro de 2019.

### 2. OBJECTIVOS DO PROGRAMA

Este programa tem como objectivo adoptar uma economia mais diversificada e competitiva, intensificando os sectores produtivos com potencial para elevar a geração de renda e criação de mais oportunidades de emprego, sobretudo, para jovens. O programa centra a sua acção governativa na melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das famílias moçambicanas, na redução das desigualdades sociais e da pobreza, na criação de um ambiente de paz, harmonia e tranquilidade, com um forte estímulo na criação do emprego.

A abordagem de desenvolvimento centrada no Homem e no aumento e sustentabilidade da renda das famílias e empresas torna a agricultura ainda mais importante pois, para além de ser prioridade constitucional tem potencial para acelerar a industrialização da economia e criar mais oportunidades de emprego para os moçambicanos, em particular os jovens.

### 3. OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA

**a) A Produção Agrícola:** apostar na sua transformação e modernização, sobretudo, no modo de organização da produção e comercialização, envolvendo o sector privado e assegurando uma maior integração do sector familiar no mercado nacional e internacional, seleccionando culturas estratégicas (cereais e hortícolas) para o consumo interno e exportação,